

TERRORISMO ÉTICO

Deputados da Assembleia da República atacam vidas, vidas inocentes, o bom-senso e a justiça em nome de direitos que não existem.

Na Sexta-feira passada, de rajada, foram aprovadas três leis contra a vida: a facilitação do aborto sem taxas moderadoras, a adopção de crianças por homossexuais e as barrigas de aluguer. Com a promessa de continuar o ataque.

O facto é grave por si mesmo, e é oportunista pelo aproveitamento do momento de indefinição política existente.

É grave. Mas toda gente sabe que, muitas vezes, “legal” não quer dizer “bom”, nem “verdadeiro”, nem “justo”, mas apenas que há força para levar por diante determinada imposição. Legal não é igual a legítimo. E também toda gente sabe que uma maioria, só por ser maioria, não tem razão: tem força, e, por vezes, força bruta.

Será que os deputados estão ao serviço do povo e do seu maior bem? Ou ao serviço de uma ideologia qualquer a impor ao povo? Será que ignoram, a ILC (Iniciativa Legislativa de Cidadãos) pelo Direito de Nascer, que foi aprovada em Setembro passado, apoiada por 50 mil subscritores? Ou acham que podem passar por cima dela, arrasando-a?

Este ataque é à vida e à ética da vida. O que se legalizou, agora, é contra a vida e contra a justiça. O abortar, que não trata nenhuma doença (!) (alguém duvida que elimina uma vida autónoma e pessoal?), passa à frente do tratamento dos doentes porque ultrapassa os outros devido aos prazos e passa a ser estimulado: executa-se sem consentimento informado e aparece como um “serviço” gratuito, que os outros (nós!) hão-de pagar. Terrorismo contra a mãe (que não é ajudada a responsabilizar-se), contra a criança, contra a natalidade e contra a consciência e missão dos médicos (encorajando-os a um acto não médico).

A barriga de aluguer é também contra a vida e a dignidade da mulher, ao fazer dela, sob a capa de alguém que presta “um serviço”, uma incubadora impessoal. É uma instrumentalização, uma “coisificação”, da pessoa humana, que corta violentamente a relação íntima gerada ao longo dos meses de gestação. É, no fundo, prostituição (mesmo que se diga que não é paga). E bem sabemos que há países que até apresentam catálogos de escolha de certos traços pretendidos e os respectivos preços.

A adopção por pares de homossexuais é também uma violência desnecessária imposta à criança. Primeiro porque ninguém, seja homo ou heterossexual, tem direito a possuir um filho (e ainda menos um adoptado), as crianças é que precisam de um enquadramento familiar saudável. Além do mais, em Portugal, para cada criança em condições de ser adoptada há três casais normais disponíveis para o fazer. Não há, pois, razão nenhuma para forçar uma criança a uma realidade, à partida transtornada e antropológicamente incompleta.

Se estas leis não são violência destruidora de vida, sem razão mínima que não seja a cegueira, o desejo ressentido de poder, e a ideia adolescente de liberdade (pois delas não virá qualquer bem

ao mundo e à sua humanização), não sei como as possam justificar. Na realidade, apresentam-se como actos de terrorismo, e são-no!

Só poderei dar a isto o benefício da dúvida vendo na sua origem a falta de pensamento crítico, o engano de uma consciência (pseudo-ética) formada nos “direitos” do subjectivismo consumista e a cultura de uma ideologia sem esperança e imediatista, cujo valor maior é “o que me dá jeito (poder e dinheiro), agora”.

Há um critério ético, simples e directo para saber o que é imoral, onde está a imoralidade ou não: é imoral o que ataca a vida, ou seja o que não tem futuro; o que degrada ou destrói as relações humanas e a esperança.

O aborto destrói o futuro da mãe e do filho. Um mundo homossexual não tem futuro. A manipulação da pessoa ameaça o futuro e a liberdade, desvalorizando a dignidade do individuo e entregando-o nas mãos do dinheiro e do poder perverso. Inquietante e perigosa é uma cultura que já não consiga distinguir o bem do que “parece bem” e caia nas garras de uma ideologia de “igualdade” que mate a diferença e de uma “liberdade” que não consegue dar espaço ao outro. Cai na mentira que gera violência: é terrorista.

Vasco Pinto de Magalhães sj.

22. Nov. 2015